

O CONSERVADORISMO DE GILBERTO FREYRE: UMA PREMISSE COMPREENSIVA PARA AS CONTRIBUIÇÕES DE SUA OBRA INAUGURAL

THE CONSERVATISM OF GILBERTO FREYRE: A COMPREHENSIVE PREMISE FOR THE CONTRIBUTIONS OF ITS INAUGURAL WORK

*Cleverson Fleming dos Santos**

Cite este artigo: SANTOS, Cleverson Fleming. O conservadorismo de Gilberto Freyre: uma premissa compreensiva para as contribuições de sua obra inaugural. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p.92-110, 27 de março. 2016. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 27 de março de 2016.

Resumo: A organização das características basilares do pensamento conservador representa profícua ferramenta de análise na compreensão dos sentidos e orientações contributivas de autores afinados ao modo conservador de pensar o social. Este artigo realiza o emprego de tais noções para refletir sobre a obra magna de Gilberto Freyre - *Casa-grande & Senzala* (1933) - qualificando e operando o resgate de suas principais contribuições que, em certa medida, foram militantemente rechaçadas em considerável período da história intelectual brasileira, em virtude de seus aspectos conservadores.

Palavras-chave: Conservadorismo, Gilberto Freyre, *Casa-grande & Senzala*.

Abstract: The organization of the fundamental characteristics of conservative thought is useful analysis tool in understanding the directions and guidelines of contributory authors attuned to conservative way of thinking about social. In this sense, the use of such notions to reflect on the great work of Gilberto Freyre, *The Masters and the Slaves* (1933), perspective qualify and redeem recognition of their contributions, to some extent, they were militantly rejected a considerable period of history Brazilian intellectual, because of their conservative ways.

Keywords: Conservatism, Gilberto Freyre, *The Masters and the Slaves*.

Gilberto Freyre (1900-1987) é, indubitavelmente, personagem de relevância para o cenário intelectual das ciências sociais no Brasil. O rótulo de grande intérprete da história nacional lhe é conferido por suas produções que abrangem o campo da antropologia, sociologia e história social. Dentre suas obras de sucesso destaca-se a série denominada *Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*, formada por: *Casa-grande & Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936) e *Ordem e Progresso* (1959).

Sobre Casa-grande & Senzala (CG&S), muito já se disse a respeito do “impacto libertador” que suscitou na época de seu surgimento, bem como sua expressividade como parte integrante do movimento de “sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930” (MELLO E SOUZA, 2010: 09-10).

A pesar de todo o corolário conferido à obra por Antonio Candido em 1967, é no mesmo texto de prefácio ao *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, que o crítico pondera: “O jovem leitor de hoje não poderá talvez compreender, sobretudo em face dos rumos tomados posteriormente pelo seu autor, a força revolucionária, o impacto libertador que teve este grande livro” (MELLO E SOUZA, 2010: 09-10).

O juízo de Antônio Candido é bem significativo se tomarmos em perspectiva comparada as primeiras quarenta e quatro críticas à CG&S publicadas na imprensa, entre 1933 e 1944, reunidas e comentadas por Edson Nery da Fonseca (FONSECA, 1985), e as críticas disparadas por Dante Moreira Leite no seu livro *O caráter nacional brasileiro* (1954) - tornadas doravante canônicas por Florestan Fernandes, em *A integração do negro na sociedade de classes* (1965); Octávio Ianni, em *Escravidão e racismo* (1977); e Carlos Guilherme Mota, em *Ideologia da Cultura Brasileira* (1977) – todos estando entre os notáveis e eloquentes intelectuais da Universidade de São Paulo (USP).

Helga Gahyva (2010) ao realizar tal reflexão, demonstra a disparidade entre as primeiras críticas e os combativos pareceres dos intelectuais uspianos, perseguindo duas hipóteses argumentativas como fundamentação para tal assimetria:

[...] de um lado, o incremento do ensino universitário trazia consigo novos padrões de pesquisa que, tentando se adequar às exigências científicas, rechaçava a obra inaugural de Freyre em função de alegado ‘primado do subjetivismo’ (MOREIRA LEITE, 2002: 360) que lhe conferiria ‘traço pouco acadêmico’ (MOTA, 1977: 56). De outro, a atmosfera de polarização ideológica possibilitava nova e oposta interpretação para aquela obra que outrora seduzia os jovens progressistas: desta feita, representativos intelectuais vinculados à esquerda – e, portanto, ao combate à ditadura militar – reduziram *Casa Grande & Senzala* à ‘expressão de um estamento dominante’, produto de uma ‘visão senhorial do mundo’.

Não deixando de lado a distância temporal em que são produzidas as críticas dos intelectuais uspianos e o contexto de publicação de CG&S, a socióloga nota que, a despeito de suas pertinências críticas em relação ao posicionamento político de Freyre, estas dificultam a percepção das inovações por ele trazidas, ensejando visões que as reduzem a uma deliberada estratégia política conservadora (GAHYVA, 2010).

Mas se por um lado, as obras destes autores operam em tom combativo de denúncia e condenação ao conservadorismo freyriano, por outro lado, - ponto nodal desenvolvido neste trabalho - é a própria perspectiva conservadora operada por Freyre a chave compreensiva para as relevantes contribuições da obra.

Ademais, o estudo das aproximações e distanciamentos entre os conservadorismos, clássico e o freyriano, possibilita a reflexão sobre aspectos específicos dos caminhos e problemas

enfrentados pelo conservadorismo no Brasil da década de 1930. Recentemente, Este esforço de compreensão tem sido empreendido de forma coletiva por alguns intelectuais na área do pensamento social brasileiro. À exemplo, temos a coletânea de artigos: *Revisão do pensamento Conservador: ideias e política no Brasil* (2010) - fruto do projeto “Linhagens do pensamento político social brasileiro”, em desenvolvimento no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec).

Alinhado a estes estudos e às reflexões sobre as obras de Gilberto Freyre, empreendidas tanto por Elide Rugai Bastos (2006), quanto por Fernando Nicolazzi (2011), este artigo visa como contribuição, ser mais uma perspectiva analítica a qual os leitores de *CG&S* poderão submetê-lo.

Pensar *CG&S* sobre o viés metodológico conservador é também atentar para um dos aspectos que lhe permitiu, tanto a obra como o autor, ocuparem posição distinta dentro de determinada tradição intelectual e política. Parafraseando Fernando Nicolazzi (2011): trata-se aqui de um trabalho cujo sentido é o de pensar ou dizer a respeito de um quadro de coisas que ajudam a aguçar o prazer de leitura e pesquisa que *CG&S* nos proporciona.

1. Conservadorismo: uma estrutura mental objetiva

Ao estabelecer as bases para a conceituação mais específica do pensamento conservador, Karl Mannheim estabelece a distinção entre tradicionalismo e conservadorismo. Segundo o autor, o primeiro estaria relacionado à predisposição em aderir a normas vegetativas e a velhos modos de vida e, legados pela tradição, reproduzidos pelos indivíduos irrefletida e subjetivamente. O conservadorismo, distintamente da postura tradicionalista, é definido pelo autor como logicamente consciente e estruturalmente independente das suas manifestações individuais de produção. O conservadorismo político difere do tradicionalismo na medida em que passa atuar como uma *estrutura mental objetiva*.

“Estrutura mental objetiva” no sentido mannheimiano é uma aglomeração peculiar de elementos espirituais e intelectuais que não podem ser considerados como completamente independente dos indivíduos que são seus portadores. Sua produção, reprodução e ulterior desenvolvimento dependem inteiramente do destino e desenvolvimento espontâneo dos indivíduos que dela participam. Todavia, a estrutura é objetiva no sentido em que indivíduos isolados nunca poderiam produzi-la sozinhos, estes apenas participam de algumas das fases de seu desenvolvimento histórico. Ela sempre ultrapassa seus portadores individuais (MANNHEIM, 1982: 109).

Estabelecendo estas distinções conceituais, o autor infere que a possibilidade de surgimento do conservadorismo nestes termos é observada com a emergência de uma sociedade de classes antagônicas. Desta forma, o conservadorismo é “uma entidade com evidente continuidade histórica e social, a qual surgiu e se desenvolveu numa situação histórica e social particular” (MANNHEIM, 1982: 111).

Seguindo a reflexão, compreende-se que o movimento de conversão das ações tradicionalistas individuais em uma estrutura mental objetiva conservadora só foi possível, segundo o autor, a partir do momento em que emergem no cenário político ocidental atitudes organizadas que, adversas ao tradicionalismo, o confrontam e obrigam-no à adoção de uma postura lógica e coerente. O momento referido localiza-se em fins do século XVIII, cujo clímax é a Revolução Francesa, onde o conservadorismo emerge como corrente independente de pensamento forçado a uma oposição consciente ao pensamento burguês-revolucionário.

Como litigante, o problema central do conservadorismo é o pensamento baseado no direito natural, sobremaneira presentes nas obras de Jean Jacques Rousseau, que versam sobre as doutrinas do “estado de natureza”, do contrato social, soberania popular e direitos inalienáveis do homem (vida, liberdade, propriedade, direito de resistência à tirania etc.):

O discurso contrarrevolucionário, por tomar a sério a ideologia da Revolução, supunha a rejeição do texto [*Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789)] de que os revolucionários mais se orgulhavam. Foi desta forma, então, que o discurso contrarrevolucionário se tornou uma corrente intelectual fundamental, estabelecendo as traves mestras de boa parte da moderna postura conservadora (HIRSCHMAN, 1997: 14).

Nesta chave, obra substantiva que inaugura as bases filosóficas do pensamento conservador é *Reflexões sobre a Revolução em França* (1790), de Edmund Burke. Neste opúsculo, expressivo da violenta reação intelectual do autor à Revolução Francesa, estão notavelmente deflagrados os temas e recursos metodológicos que perseguirão as reflexões conservadoras nos dois últimos séculos (NISBET, 1987: 15).

O conjunto de elementos constitutivos da metodologia conservadora, inaugurados por Burke, giram em torno noção de *circunstância* que, segundo ele: dá “a todo princípio político sua cor própria e seu efeito particular. São as circunstâncias que fazem os sistemas políticos bons ou nocivos à humanidade” (BURKE, 1997: 50). Entre estes elementos metodológicos, destacam-se: a ênfase sobre o concreto em oposição ao abstrato; aceitação da realidade em comparação com o desejo progressista de mudança; a ideia de coexistência entre os tempos históricos opondo-se a concepção linear, liberal-revolucionária; bem como a preferência, nas análises do social, por categorias “orgânicas” – como família e comunidade - em lugar de unidades aglomerativas tais como as expressas pelo conceito de “classes”.

O apelo ao concreto é um esforço intelectual mobilizado como recurso para fazer frente às abstrações iluministas francesas que, no contexto da Revolução, impunham uma nova agenda política e de direitos fazendo “tábula rasa” das instituições precedentes. Para Burke: “[Os franceses] preferiram agir como se nunca tivessem sido moldados em uma sociedade civil, como se pudessem tudo refazer a partir do nada (BURKE, 1997: 72)”. Desta maneira, o pensamento conservador combate concepções como: a de supremacia da razão iluminista sobre os preconceitos estabelecidos pela experiência pregressa; preeminência das leis sobre os costumes; validade universal de todos os indivíduos; bem como a razão correta como uma esfera autônoma e autossuficiente, independente da história. Em detrimento destas, o pensamento conservador utiliza conceitos como os de História, hábitos e costumes, vida e nação.

Quanto à aceitação da realidade face ao desejo progressista de mudança, o pensamento conservador empreende distinta reflexão sobre a concepção de História. Com a ressalva de que para o pensamento conservador o problema não é a mudança e sim o ritmo no qual é operada, neste estilo de pensamento, a História equivale à experiência. Isto significa dizer que para o conservador o presente não é livre, mas constituído da experiência dos mortos, dos que nasceram e dos que ainda vão nascer. Percebendo, portanto, o presente em unidade com o passado e futuro, sua noção histórica tende a ser espacial em vez de temporal: o conservadorismo enfatiza a coexistência em vez da sucessão dos tempos históricos.

Atrela-se a esta forma de percepção sobre a História, o apreço, bem certo dizer nostálgico, por entidades orgânicas das quais a família, a comunidade e a religião, são exemplos cuja função é mediar e regular os costumes circunstanciais da população em relação à sociedade mais ampla:

É no seio das famílias que nascem as afeições públicas e não se pode dizer que um pai frio e distante possa ser um cidadão zeloso. Das nossas famílias, passamos à vizinhança e às pessoas da nossa província com quem temos relacionamento habitual. São, para nossos sentimentos, como pensões e hotéis. As divisões do país formadas por velhos hábitos, e que não foram consequência de explosões súbitas da autoridade, são pequenas gravuras da nossa grande pátria onde está o nosso coração, sem que esse amor particular prejudique o sentimento que temos pelo todo (BURKE: 1997: 186).

O pensamento conservador mobiliza esta concepção orgânica de sociedade como argumento central no combate às crenças liberais-revolucionárias de aplicabilidade universal ou transplante de inovações de caráter político-institucional. A legitimidade da Constituição de um povo, por exemplo, é instituída pelos seus hábitos e costumes. Mannheim aponta que a ênfase sobre o qualitativo, característica do pensamento conservador, também surge deste mesmo impulso (MANNHEIM, 1982: 135).

É nestes termos que, a partir da reação à Revolução Francesa, o tradicionalismo é forçado a converter-se no que se convencionou denominar conservadorismo, tomando para si uma forma coerente e distinta como força política. O conservadorismo para além deste aspecto passa a implicar, também, estilo de pensamento próprio: uma estrutura mental objetiva.

Sem deixar de lado o ecletismo metodológico mobilizado por Gilberto Freyre, o que pretendo doravante é demonstrar como estas características metodológicas, sistematizadas e apresentadas por Mannheim, estão presentes em CG&S e podem ser compreendidas na relação entre autor e obra.

2. Gilberto Freyre: como e porque conservador?

Sou muitas vezes acusado de conservador. Mas o que eu quero conservar no Brasil? Valores brasileiros que estão encarnados principalmente nas formas populares de cultura, formas regionais, que deem um sentido nacional ao Brasil. É, eu sou um conservador por ser um nacionalista, conservador de valores que exprimem uma nação brasileira através de uma cultura popular brasileira (Gilberto Freyre. Entrevista. In: BASTOS, 2006: 33).

Como já observado, o que distingue o conservadorismo do mero tradicionalismo, segundo Mannheim, é a sua articulação enquanto discurso de posicionamento litigante frente às alternativas políticas liberais e socialistas. O conservadorismo é a disposição tradicionalista tornada lógica, coerente, racionalizada.

Início a aproximação com o conservadorismo considerando *CG&S* como a expressão lógica do tradicionalismo freyriano. Isto é: seu tradicionalismo tornado consciente e reacionário ao quadro de transformações político-sociais pelo qual vinha passando o Brasil no seu período de publicação. A afirmação não é leviana. Ela pode ser fundamentada ao se considerar a narrativa pela qual o autor trata o passado nacional:

Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; **a nossa** continuidade social. No estudo de sua história íntima despreza-se tudo o que a história política e militar **nos** oferece de empolgante por uma quase rotina de vida: mas dentro dessa rotina é que melhor se sente o caráter de um povo (Freyre, 2006: 45. Grifos meus).

Faz parte do caráter do pensamento conservador, como ressalta Elide Rugai Bastos, a não dissociação dos princípios que o articulam do indivíduo que os produz (BASTOS, 2006: 182). Para além da sintonia entre autor e obra, simbiose entre escrita e aquilo sobre o que se escreve - a qual possui a função de legitimar o registro do passado que apresenta -, Gilberto Freyre projeta no passado nacional a sua própria vivência: “a experiência pessoal do *eu* estando intimamente ligada à experiência coletiva do *nós*” (NICOLAZZI, 2011: 428):

(...) em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama [sic.] que **nos embalou**. Que **nos deu de mamar**. Que **nos deu de comer**, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que **nos contou as primeiras histórias** de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que **nos tirou o primeiro bicho-de-pé** de uma coceira tão boa. Da que **nos iniciou no amor físico** e **nos transmitiu**, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. **Do moleque que foi o nosso primeiro companheiro** de brinquedo (FREYRE, 2006: 367. Grifos meus).

Em *CG&S* a fusão entre autor e obra permite qualificar, como fez Ricardo Benzaquen de Araújo, Gilberto Freyre como um “representante daquela experiência que ele próprio analisava”: “(...) o nosso autor se converte, até certo ponto, em personagem de si mesmo, como se escrevesse não só um ensaio histórico-sociológico, mas também as suas mais íntimas memórias” (ARAÚJO, 2005: 187).

Memórias estas que, por idealizar o passado, que também é o colonial, o faz representante de determinada mentalidade: o apreço nostálgico pelas tradições, em *CG&S*, aparece num momento quando os setores dominantes e tradicionais da sociedade brasileira, ligados à agricultura do açúcar, estão claramente em decadência. Momento em que seu poder político é questionado:

Sob vários aspectos, o pensamento de Gilberto Freyre se constitui em um componente intelectual essencial ao bloco de poder que se forma e desenvolve a partir de 1930. Em especial, legitima cientificamente o vasto segmento agrário e tradicionalista, sem deixar de indicar a necessidade de

transformação do mesmo, mostrando que precisava equacionar-se no âmbito de um bloco de poder que começava a se esboçar, comprometendo a agricultura com a indústria, o campo com a cidade, o patriarca com o burguês, o camponês com o operário (BASTOS, 2006: 197-198).

A constatação permite a socióloga fazer a seguinte inferência: “Nunca, antes da década de 1930, os setores dominantes agrários tiveram tão grande ideólogo. E, nunca, uma interpretação sobre os mesmos tão grande sucesso” (BASTOS, 2006: 48).

Além disso, ao organizar os elementos do passado colonial, *CG&S* pode ser entendido como resposta conservadora à série de problemas brasileiros que se colocam a partir da independência (busca pela identidade nacional – onde está subentendido o problema da miscigenação –; unidade política; que instituições adotar no caminho de modernização do país; bem como o questionamento de que lugar o Brasil ocuparia na ordem dos países independentes). De maneira que a obra reflete, do ponto de vista dos temas e problemas tratados, plena continuidade com a tradição ensaística da década anterior à sua publicação.

Em 1920, Oliveira Vianna lançava o seu *Populações Meridionais do Brasil* diagnosticando a situação política e social brasileira no pós-independência: “(...) vivemos numa perfeita ilusão sobre nós mesmos” (VIANNA, 1952: 19). Seguindo a observação, o conservador distingue os estadistas coloniais dos seus sucessores do período republicano:

Os métodos objetivos e práticos de administração e legislação desses estadistas coloniais foram inteiramente abandonados pelos que têm dirigido o país depois de sua independência. O grande movimento democrático da revolução francesa; as agitações parlamentares inglesas; o espírito liberal das instituições que regem a República Americana, tudo isso exerceu e exerce sobre os nossos dirigentes, políticos, estadistas, publicistas, uma fascinação magnética, que lhes daltoniza completamente à visão nacional dos nossos problemas (VIANNA, 1952: 19-20).

A crítica de Vianna aos estadistas da Primeira República tem como pano de fundo a análise que faz da disparidade entre leis e costumes, causada pelo mimetismo de ideias, conceitos científicos e instituições estrangeiras – importadas ao Brasil sem a devida concordância com a cultura política local –, tendo como consequência o afastamento entre as instituições legais e o povo.

CG&S pode ser pensado como um discurso de resgate da cultura popular frente à incongruência do processo de avanço do poder público e da modernização efetuada até então. No texto, “os elementos sociais aparentemente prisioneiros na esfera do privado constituem-se, em sua narrativa, *naquilo* que é a *sociedade*; aqueles elementos definidos como públicos e universais são *aquilo* que os intelectuais e políticos pensam que a *sociedade* seja. Em outras palavras, quer mostrar o descompasso entre a *sociedade real* e a *sociedade pensada*” (BASTOS, 2006: 182).

Neste sentido é que *CG&S* pode ser lido como reflexão que mantém continuidade com o programa de pesquisa lançado por Oliveira Vianna em *Populações Meridionais do Brasil (PMB)* e com o modo conservador de pensar o social da década de 1920.

3. Apelo ao concreto, Coexistência entre os tempos históricos e visão orgânica da sociedade: traços conservadores de *Casa-grande & Senzala*.

Além da específica aproximação com Oliveira Vianna aludida anteriormente, é pela reunião interna e articulação coerente daquelas características apresentadas na primeira seção deste artigo (o apelo ao concreto, implícito no recursivo embasamento nas circunstâncias; a aceitação da realidade, operada através da noção de coexistência entre os tempos passado, presente e futuro, conformando uma distinta filosofia da História; bem como a visão organicista da sociedade, tendo no apreço nostálgico pelos corpos intermediários aos quais: a família, a comunidade e a religião, são exemplos de instituições funcionais de mediação e regulamentação costumeiras entre a população e a sociedade mais ampla), que o pensamento de Gilberto Freyre materializado em *CG&S* pode, também, ser aproximado do que se convencionou denominar como conservadorismo histórico e filosófico.

O apelo ao concreto, incorporado na análise de *CG&S*, pode ser observado no recursivo uso ao materialismo histórico, bem como na visão antropológica culturalista, que permite ao autor desconstruir as perspectivas racialistas que viam na miscigenação e presença do negro em nossa história o elemento de degeneração nacional. Como já discutido anteriormente, o apelo ao concreto, tendo como base a análise das condições materiais de existência na colônia, permitiu a Gilberto Freyre enxergar como efeitos da má nutrição, da epidemia de sífilis e mesmo do sistema escravocrata, o que antes, sobre o prisma do “racismo científico”, era visto como efeitos da mestiçagem - a degeneração e pauperização das classes populares -:

Na formação da sociedade, o mau regime alimentar decorrente da monocultura, por um lado, e por outro da inadaptação ao clima, agiu sobre o desenvolvimento físico e sobre a eficiência econômica do brasileiro no mesmo mau sentido do clima deprimente e do solo quimicamente pobre. A mesma economia latifundiária e escravocrata que tornou possível o desenvolvimento econômico do Brasil, sua relativa estabilidade em contraste com as turbulências nos países vizinhos, envenenou-o e perverteu-o nas suas fontes de nutrição e de vida (FREYRE, 2006: 96).

Dentre as críticas publicadas na imprensa, entre 1933 e 1944, em que estão circunscritas a predileção de Gilberto Freyre pelo concreto, o recurso ao materialismo histórico é um dos tópicos mais polêmicos e gerador de múltiplas críticas, por vezes antagônicas.

Para Miguel Reale, “Gilberto Freyre escreve sob a influência de uma filosofia naturalista e mesmo materialista, filosofia claudicante e medíocre” (REALE, 1985: 162). Armando Más Leite, a este respeito, surpreende-nos com a seguinte conclusão: “O livro é uma premissa, uma premissa sorrateiramente posta para o comunismo” (LEITE, 1985: 168-169).

Comunista ou conservador? Embora de resposta já sabida, refletir analiticamente sobre a questão suscitada, possibilita a melhor compreensão do conservadorismo freyriano e aproximá-lo ainda mais daqueles postulados conservadores iniciados pelas *reflexões burkeanas* já aludidas.

Capacidade da parte do autor em “equilibrar antagonismos” ou mesmo característica inerente ao seu ecletismo metodológico, o fato é que ao adotar o materialismo histórico, Gilberto Freyre o realiza de uma maneira bem distinta da objetivada por Engels e Marx.

De acordo com o marxista alagoano Alberto Passos Guimarães - também no rol dos primeiros críticos de *CG&S* -, pode ser compreendido no materialismo histórico presente no livro, mais o seu teor sociológico do que dialético: “o materialismo como interpretação histórica, como base essencial de qualquer estudo sociológico sério” (GUIMARÃES, 1985: 115). Além disso: “onde *Casa Grande & Senzala* baqueia, não aos olhos de um fanático, mas diante da crítica impiedosa da concepção materialista da história, é quando o autor quer afastar-se dessa concepção” (GUIMARÃES, 1985:117).

Ainda, é importante ressaltar, o materialismo histórico como um dos poucos elementos de aproximação entre o conservadorismo histórico e o socialismo:

Esse uso de entidades materiais, espacialmente determinadas e que transcendem o tempo, como a base da história é uma característica que o pensamento conservador tem em comum com o pensamento socialista e proletário desenvolvido posteriormente. O pensamento proletário também rejeita a ideia de que o indivíduo é a base real do desenvolvimento e, no lugar dele, introduz entidades como ‘condições de produção’ e ‘classes’ (MANNHEIM, 1982: 129).

A proximidade pode ser entendida, portanto, ao se notar no ponto de vista da concepção de história das duas ideologias, o recurso ao passado e às categorias de coletividade, como reação ao individualismo, bem como ao modo do pensamento liberal-revolucionário de fazer “tábula rasa” da história.

Descartada a hipótese de ser Freyre um comunista, avancemos na reflexão através de um dos caracteres bem expressivos do conservadorismo de *CG&S* em continuidade genealógica com aquele iniciado por Burke: sua concepção *tríbia* do tempo histórico herdada de suas leituras de Ortega y Gasset:

O homem nunca é um primeiro homem: desde o início já existe a partir de um certo nível de passado acumulado. Este é o tesouro único do homem, seu privilégio e sua marca. E, de todo esse tesouro, a maior riqueza não consiste no que parece certo e digno de ser conservado: o mais importante é a memória dos erros, que nos permite não cometê-los. O verdadeiro tesouro do homem é o tesouro de seus erros, a longa experiência decantada gota a gota durante milênios (Ortega y Gasset, 1982: 34).

Ainda nas palavras do filósofo: “romper a continuidade do passado, querer começar de novo, é aspirar a descer e plagiar o orangotango” (Ortega y Gasset, 2007:34).

É de acordo com essa concepção filosófica de interdependência temporal e espacial, aliada ao inquérito da vida íntima circunscrita entre as casas-grandes e as senzalas, que Gilberto Freyre empreende sua análise:

Estudando a vida doméstica dos antepassados sentimo-nos aos poucos nos completar: é outro meio de procurar-se o ‘tempo perdido’. Outro meio de nos sentir nos outros – nos que viveram antes de nós; e em cuja vida se antecipou a nossa (FREYRE, 2006: 45).

O elo que permite ao pensamento conservador defender a coexistência dos tempos históricos é a sua específica visão organicista da sociedade. Os germes do passado são conservados por entidades, que como órgãos, fazem a manutenção de todo o sistema social. Tais instituições funcionam como corpos intermediários entre os hábitos costumeiros do povo-massa e a totalidade social. É através delas que, para os conservadores, antigas formas de pensar e agir são transmitidas às gerações do presente e legadas ao futuro.

É na forma pela qual Gilberto Freyre tratou o objeto de seu estudo, a formação da sociedade brasileira interpelada pelo seu passado rural, patriarcal e escravocrata, que podemos entender sua visão organicista. Investindo na pesquisa a cerca da vida íntima circunscrita entre as casas-grandes e senzalas, é que o sociólogo encontra as unidades orgânicas constituidoras da característica formação econômica, política e cultural do povo brasileiro.

A casa-grande, esta é uma verdadeira *instituição total* no sentido conferido por Marcel Mauss (1974):

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao *pater familias*, culto dos mortos etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o 'tigre', a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo) (FREYRE, 2006: 36).

E, no interior da Casa-grande, é a família a outra base a qual se assenta os nossos traços psicossociais e costumeiros: “Pela presença de um tão forte elemento ponderador como a família rural ou, antes, latifundiária, é que a colonização portuguesa do Brasil tomou desde cedo rumo e aspectos sociais tão diversos” (FREYRE, 2006: 85). Além de conformar os costumes e relações entre o povo, é ela “a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América”:

Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: o oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou, chocando-se ainda em meados do século XVI com o clericalismo dos padres da Companhia” (FREYRE, 2006: 85).

A partir dessas instituições: família e o complexo casa-grande & senzala, feições da vida privada são incorporados à análise onde a casa-grande torna-se o espaço privilegiado dos cruzamentos e encontros culturais:

A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos – amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas de casa. Espécie de parentes pobres nas famílias europeias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Moleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos (Freyre, 2006: 435).

Ao longo de *CG&S*, Gilberto Freyre recorre também a gostos alimentares, características arquitetônicas e fatos da vida sexual para demonstrar como a configuração econômica e social é vivenciada no dia a dia da família dos senhores e dos escravos, de forma a explicitar mais uma vivência harmônica do que conflituosa.

Tendo observado essas afinidades entre a narrativa de *CG&S* e os postulados do conservadorismo clássico, é possível perceber como as contribuições Freyrianas também são tributárias daquela mentalidade estrutural objetiva que começa a se conformar no fim do século XVIII, com a Revolução Francesa.

4. Casa-grande & Senzala: perspectiva conservadora, contribuições inovadoras

Afirmar como inovadoras as contribuições de *CG&S* implica reconhecer as descontinuidades que este efetua com a tradição:

(...) Casa-grande & Senzala é uma ponte entre o naturalismo dos velhos intérpretes da nossa sociedade, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e mesmo Oliveira Vianna, e os pontos de vista mais especificamente sociológicos que se imporiam a partir de 1940 (MELLO E SOUZA, 2010: 09-10).

Se na seção 2 foram apontados elementos de continuidade com o legado conservador de Oliveira Vianna, esta reflexão não poderia deixar de lado o reconhecimento dos caminhos e métodos próprios de abordagem da narrativa freyriana e que vão distingui-lo daquela linhagem conservadora denominada “saquarema” (LYNCH, 2010) da qual o autor de *Populações Meridionais do Brasil (PMB)* é herdeiro.

O afastamento se realiza com as palavras do próprio autor, consciente e em debate com esta tradição, bem como à tradição liberal:

(...) a tradição conservadora no Brasil sempre se tem sustentado do sadismo do mando, disfarçado em “princípio de Autoridade” ou “defesa da Ordem”. Entre essas duas místicas – a da Ordem e a da Liberdade, a da Autoridade e a da Democracia – é que se vem equilibrando entre nós a vida política, precocemente saída do regime de senhores e escravos. Na verdade, o equilíbrio continua a ser entre as realidades tradicionais e profundas: sadistas e masoquistas, senhores e escravos, doutores e analfabetos, indivíduos e cultura predominantemente europeia e outros de cultura principalmente africana e ameríndia (FREYRE, 2006: 115).

Se por um lado, ao tratar de responder ao mesmo quadro de problemas nacionais, recorrendo aos germes da formação nacional, coloca as obras de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre em linha de continuidade, por outro lado, as respostas a que chegam para estes problemas são bem distintas. Pensando neste aspecto, é possível utilizar um clássico elemento do modo de reflexão conservadora para operar as distinções entre os autores: a valorização do passado.

Para os conservadores da Primeira República, os desafios do pós-independência (a busca por uma identidade brasileira, bem como a autoafirmação de país independente) dificultavam a valorização do passado nacional, já que este era também o passado colonial.

Buscar no passado os germes dessa identidade e afirmação significava, no mínimo, “valorizar a dominação das antigas metrópoles e pôr em questão a própria independência”. Neste sentido, os conservadores latino-americanos foram obrigados à tarefa de “verdadeiro malabarismo intelectual ao tratar da emancipação política” (RICUPERO, 2010: 79).

Em *PMB*, tal dificuldade é expressiva na ambiguidade do tratamento analítico que Oliveira Vianna dá à “função simplificadora do latifúndio”. Este, segundo o autor, possuiu objetivos distintos ao longo de nossa história: na colônia, o latifúndio exerceu a função de adaptação dos colonos ao meio, essa função é: “(...) uma das maiores da nossa história – porque nela está a gênese e a formação da própria nacionalidade” (VIANNA, 1952: 102); no pós-independência, sua existência torna-se problemática ao programa de unificação nacional, devido à dissolução dos vínculos de solidariedade social que empreende, em função da sua tendência centrípeta, bem como do mandonismo dos senhores rurais.

Assim como Vianna, Gilberto Freyre também ressalta o papel de importância do latifúndio autossuficiente. Contudo, por não ver no momento da independência a imposição de uma nova tarefa de unificação nacional, Freyre consegue adotar uma postura positiva em relação ao latifúndio e aos seus elementos, enxergando em sua constituição, relações e instituições internas, os germes de formação da identidade nacional. Consequentemente, para Freyre é bem mais viável a valorização do passado, tal como empreendida pelos conservadores clássicos.

Além da questão do latifúndio, uma das grandes dificuldades dos ensaístas dos anos 1920 em ter com o passado colonial, é se deparar com específica herança que este deixou em nosso povo: a miscigenação.

Antes de *CG&S*, visões negativas a respeito da presença do negro em nossa sociedade tenderam aos postulados da degenerescência da população mestiça ou, ainda, que buscaram no branqueamento desta, via imigração de populações europeias, o ingresso do Brasil no conserto das nações civilizadas [1]. O português também, em virtude de suas inclinações católicas desprovidas de uma “ética racional do trabalho” e aliadas à sua “luxúria” e “fome de ouro” (PRADO, 1920), figurava como alvo entre o conjunto de críticas pessimistas a respeito das nossas “raízes”.

Em relação às perspectivas racistas que viam na miscigenação a degenerescência, Gilberto Freyre observa outros fatores de natureza social: “De todas as influências sociais talvez a sífilis tenha sido, depois da má nutrição, a mais deformadora da plástica e a mais depauperadora da energia econômica do mestiço brasileiro” (FREYRE, 2006: 110). Assim, o autor lança uma das suas teses a favor da miscigenação:

À vantagem da miscigenação correspondeu no Brasil a desvantagem da sifilização. Começaram juntas, uma a formar o brasileiro – talvez o tipo ideal do homem moderno para os trópicos, europeu com sangue negro ou índio a avivar-lhe a energia; outra a deformá-lo. Daí certa confusão de responsabilidades; atribuindo muitos à miscigenação o que tem sido obra principalmente da sifilização (FREYRE, 2006: 110).

É a interpretação gilbertiana em *CG&S* que possibilita a positivação em relação ao negro e ao mestiço, diante do racismo anterior. Quanto ao negro, este é redimido tendo desempenhado em nossa história uma “função”: “(...) degradados apenas pela sua condição de escravos. Longe de terem sido apenas animais de tração e operários de enxada, a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora” (FREYRE, 2006: 390). Ao tratar desta faceta do negro como civilizador, Freyre opera a distinção entre a “influência pura do negro” e a do “negro na condição de escravo”. O autor justifica o procedimento: “Sempre que consideramos a influência do negro sobre a vida íntima do brasileiro, é a ação do escravo, e não a do negro por si, que apreciamos” (FREYRE, 2006: 397), e continua:

Parece às vezes influência de raça o que é influência pura e simples do escravo: do sistema social da escravidão. Da capacidade imensa desse sistema para rebaixar moralmente senhores e escravos. O negro nos aparece no Brasil, através de toda nossa vida colonial e da nossa primeira fase da vida independente, deformado pela escravidão. Pela escravidão e pela monocultura de que foi instrumento (FREYRE, 2006: 397).

Também são positivados e reconciliados à história nacional o português e sua herança colonizadora:

Para a escravidão, saliente-se mais uma vez que não necessitava o português de nenhum estímulo. Nenhum europeu mais predisposto ao regime de trabalho escravo do que ele. No caso brasileiro, porém, parece-nos injusto acusar o português de ter manchado, com instituição que hoje tanto nos repugna, sua obra grandiosa de colonização tropical. O meio e as circunstâncias exigiriam o escravo (FREYRE, 2006: 322).

A escravidão na narrativa freyriana torna-se, então, o instrumento necessário à obra da colonização:

Tenhamos a honestidade de reconhecer que só a colonização latifundiária e escravocrata teria sido capaz de resistir aos obstáculos enormes que se levantaram à civilização do Brasil pelo europeu. Só a casa-grande e a senzala. O senhor de engenho rico e o negro capaz de esforço agrícola e a ele obrigado pelo regime de trabalho escravo (FREYRE, 2006: 323).

Justificada a “mancha” da escravidão, o português e sua herança cultural é o grande herói da história narrada em *CG&S*. E mesmo persistindo depois as críticas dos males advindos da colonização portuguesa, como: a do “patrimonialismo” e do “personalismo” enquanto produtores da “cultura do favor” e do estabelecimento de um verdadeiro “estamento burocrático” no Brasil [2] – empecilho à realização da democracia social e política -, é em *CG&S* que se encontram, por algumas vezes explícitos e por outras em sua leitura a contrapelo, a denúncia destes elementos.

O ensaio de Gilberto Freyre explica a formação patriarcal do Brasil, tanto nas suas virtudes como nos seus defeitos, menos em termos de “raça” do que em termos econômicos, de experiência de cultura e de organização da família, que representa para o autor a unidade colonizadora do Brasil (FREYRE, 2006: 34).

A valorização do negro e a reconciliação do Brasil independente com o passado colonial foram possíveis através de uma distinta perspectiva, que se converte na expressão mais conhecida do autor e que, talvez, sintetize a ótica de seu conservadorismo: a noção de “antagonismos em equilíbrio”. Noção que o permite em seu texto conciliar no âmbito da formação cultural do país, elementos contraditórios em termos políticos.

No Brasil, segundo Gilberto Freyre, as tensões sociais e políticas não se explicitaram em conflitos que resultassem em rupturas. Ao contrário:

O sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil, representado pela casa-grande, foi um sistema de plástica contemporização (...). Ao mesmo tempo que exprimiu uma imposição imperialista da raça adiantada à atrasada, uma imposição de formas europeias (já modificadas pela experiência asiática e africana do colonizador) ao meio tropical, representou uma contemporização com as novas condições de vida e de ambiente (FREYRE, 2006: 35).

Agindo sobre todos os antagonismos, a narrativa freyriana costura como elementos harmonizadores e equilibrantes:

(...) a miscigenação, a dispersão da herança, a fácil e frequente mudança de profissão e de residência, o fácil e frequente acesso a cargos e a elevadas posições políticas e sociais de mestiços e de filhos naturais, o cristianismo lírico à portuguesa, a tolerância moral, a hospitalidade a estrangeiros, a intercomunicação entre diferentes zonas do país (FREYRE, 2006: 117).

Desta forma, ao ressaltar os aspectos de coexistência e continuidade histórica dos elementos que operam em nossa formação, *CG&S* pode ser lido como uma narrativa que mostra como a nossa história e formação social operou-se sem rupturas (BASTOS, 2006: 118).

A perspectiva freyriana pode ser tomada como revolucionária, na medida em que, ao se afastar das concepções e interpretações dos ensaístas da década de 1920, consegue formular respostas originais e que em certa medida inauguram novas agendas de pesquisa e métodos para pensar o Brasil. A este respeito, Elide Rugai Bastos em sua abordagem analítica combinada a uma leitura contextual das obras de Freyre, caracteriza o momento intelectual em que surge *CG&S*:

(...) um momento de passagem, o fechamento de um ciclo, quando a teoria social deixa de apresentar-se como manifestação dispersa e surge como um sistema: a sociologia. Neste sentido, [Gilberto Freyre] é o último pensador de um período e o primeiro de uma nova etapa, que se desenvolverá à sua revelia. O ponto de toque dessa transição é dado pelo abandono do *discurso jurídico*, até então o instrumento explicativo da realidade, e a adoção do *discurso sociológico* como novo código competente para dar conta do social (BASTOS, 2006: 171).

A perspectiva conservadora adotada por Freyre - sobretudo a sua específica visão do conflito, entendida na sua noção de “antagonismos em equilíbrio” -, o permite enxergar a continuidade do Brasil independente com seu passado colonial. Lembremos que, antes, os momentos da independência e da instauração da República eram vistos como momentos de descontinuidade histórica [3]. É por representar uma visão conservadora na interpretação do passado nacional que *CG&S* tem, em suas contribuições o gás de “sopro renovador” como interpretação da história nacional.

Além da visão de continuidade entre passado e presente na análise histórica, que o permite valorizar os elementos do passado colonial, o uso e elaboração de novos conceitos e métodos de investigação da vida social também contribuem para o tom revolucionário de *CG&S*. Embora tenha sido Oliveira Vianna quem chamou a atenção, em *PMB*, à importância de se

(...) estabelecer a caracterização social do nosso povo, tão aproximada da realidade quanto possível, de modo a ressaltar quanto somos distintos dos outros povos, principalmente dos grandes povos europeus, pela história, pela estrutura, pela formação particular e original (VIANNA, 1952: 13),

é Gilberto Freyre, munido dos recursos e métodos sócio-antropológicos necessários à tarefa, o seu grande realizador. Ao propor tal programa de pesquisa, Oliveira Vianna objetivava respostas ao problema da equidade entre o “país legal” e o “país real”. Gilberto Freyre através de sua ótica intimista das relações sociais compreendidas entre as Casas-grandes e as senzalas, quem opera o resgate dos hábitos e costumes populares.

Na construção de sua narrativa, Gilberto Freyre lança mão de arquivos de famílias, livros de receitas, atas de câmaras, livros de ordens régias e de correspondência da Corte, coleções e recortes de jornais, de figurinos, de revistas, estatutos de colégios e recolhimentos, etc. Esta profusão de fontes, refinando as suas análises da vida íntima do brasileiro no período colonial, também o fazem precursor daquela forma historiográfica denominada “história da vida privada” ou possuidor daquilo que Álvaro Lins chamou, em sua crítica datada de 1943, de “ponto de vista quase proustiano da casa” (LINS, 1985:257).

Ponto de vista, que ancorado num novo discurso – o discurso sociológico fundamentado na perspectiva culturalista -, em oposição ao discurso jurídico anterior, supera as explicações fundadas na sociobiologia e no determinismo geográfico, possibilitando a visão de Gilberto Freyre como um dos precursores da sistematização da sociologia no Brasil (BASTOS, 2006: 174).

Conclusão

Por fim, reforçando a ideia de inovação trazida por *CG&S*, lembremo-nos exemplarmente das obras magnas daqueles intérpretes ressaltados por Antonio Candido (1967) que conformaram, ao lado de Gilberto Freyre e *CG&S*, àquela tríade responsável pela renovação das análises sociais depois da Revolução de 1930: Sérgio Buarque de Holanda, com seu *Raízes do Brasil* (1936), e Caio Prado Júnior, com *Formação do Brasil contemporâneo* (1942).

Segundo Caio Prado, predominam na conjuntura da vida social Brasileira um aglomerado heterogêneo de raças unidas ao acaso, cujo único objetivo seria a realização da vasta empresa comercial europeia. Desta forma, o seu primeiro traço característico seria a ausência de nexos moral, pois, os únicos e poucos laços sociais existentes entre os indivíduos, são resultantes das relações de trabalho e produção, em particular, a subordinação do escravo ao senhor: “As relações servis são e permanecerão relações puramente materiais de trabalho e produção, e nada ou quase nada mais acrescentarão ao complexo cultural da colônia” (Caio Prado, 2008: 340-

341). Ainda: paira sobre a população colonial um tom geral de inércia, um “vírus generalizado de preguiça”. Caio Prado cita a “tristeza brasileira”, argumento de Paulo Prado (1928), para caracterizar a sociedade colonial. E, sintetizando o panorama brasileiro, aponta a pobreza e miséria na economia; a dissolução nos costumes; a inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos. Todos estes elementos representam “germes de autodestruição” que competem para a decomposição do sistema colonial brasileiro e preparam o terreno para a sua transformação.

Já Sérgio Buarque de Holanda, afirma em *Raízes do Brasil*, que no país a falta de coesão não é um fenômeno moderno. Esta se relaciona ao seu passado ibérico. Sobretudo, como sequela do tipo de colonização e colonizadores “aventureiros” que tivemos. De maneira que não adianta, segundo ele, resgatar a nossa tradição, haja vista que esta é de total desordem. Outro traço singular que herdamos dos ibéricos portugueses foi a “cultura da personalidade” nascida da nobreza e adotada pela burguesia mercantil. Para o autor, os povos que valorizam a “cultura da personalidade” tendem, tal como os portugueses, à debilidade na formação de redes de solidariedade de interesses. A “cultura da personalidade” é compatível, segundo a sua opinião, com a desigualdade política e social. Refletindo sobre as razões do sucesso no processo da colonização portuguesa no Brasil, ele aponta entre elas: a ausência de orgulhos de raça, a ética da aventura e a aversão ao trabalho mecânico braçal. Indica, então, nestes três elementos, as principais “raízes” de nossos males.

Como observado em ambos os autores - posicionados à esquerda política de Freyre -, o passado colonial representa os germes dos problemas do presente. Bem certo é dizer que suas perspectivas, ao estarem orientadas para a transformação do sistema político, econômico e social, têm sua coerência política ao proporem a “extirpação das raízes” que ainda persistem deste passado.

Contudo, ao adotarem o pessimismo na forma de lidar com o passado, são impossibilitados de enxergar as potencialidades da vida pregressa e que tangem, sobremaneira, à possibilidade de reconhecimento de uma cultura popular nacional.

Neste contexto de análises sociais orientadas por perspectivas políticas polarizadas, é curioso observar que justamente a perspectiva conservadora que possibilitou aos brasileiros enxergar como potência àqueles mesmos elementos onde os intérpretes afinados à esquerda política só encontraram pessimismo, degeneração, corrupção e “tristezas”.

Não se tratou aqui de fazer defesa deste ou daquele segmento ideológico, ao contrário, buscou-se apontar a complexidade analítica envolvida nas obras e autores abordados. Se a distinção ideológica dos “intérpretes do Brasil” possibilita o reconhecimento dos seus lugares de fala, o afastamento metodológico de suas posições políticas abre espaço para o tratamento de outros aspectos que envolvem as suas obras.

O ecletismo metodológico de Gilberto Freyre torna problemática qualquer tentativa de circunscrição de suas obras a uma única vertente de pensamento. A tentativa aqui empreendida,

menos do que a restringir *CG&S* a único ponto de vista, buscou promover mais uma perspectiva para a sua leitura.

O esforço é justificável na medida em que são percebidas as estreitas afinidades entre as críticas especializadas, em especial àquelas que apontam para as contribuições intelectuais e metodológicas oferecidas pelo livro, e os elementos clássicos da reflexão conservadora. Ao operar tais aproximações é possível, por um lado, o reconhecimento daquelas características conceituais, levantadas por Mannheim, como profícuas ferramentas de análise para pensar as especificidades intelectuais e políticas dos conservadorismos no Brasil. Por outro lado, o esforço proporciona outro olhar frente às intermitentes críticas desabonadoras, que nos períodos de institucionalização das ciências sociais e de radical polarização política, contribuíram para o ostracismo das obras de intelectuais como Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, tendo como premissa os seus modos conservadores de pensar o nacional.

No caso de Gilberto Freyre e *CG&S*, resgatar os métodos e formas de sua reflexão conservadora, permite enxergar como foi possível a um conservador ser tão inovador. A narrativa de *CG&S* foi contra o expressivo pessimismo e paradigmas de “ausências” que imperaram no ensaísmo dos anos 1920 e, também, depois de sua publicação. 🌀

NOTAS

*O autor, à época da submissão, cursava o 8º período do Curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: cleverson.pact@gmail.com.

[1]Aqui se faz referência aos trabalhos de Euclides da Cunha, em *Os Sertões* (1902), e de Oliveira Vianna, em *Evolução do povo brasileiro* (1923).

[2]Refiro-me aqui às críticas presentes nas obras: *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, e *Os donos do Poder* (1958), de Raymundo Faoro.

[3]Como exemplo de narrativas que enxergam na Independência um momento de descontinuidade histórica com o Brasil colônia, elenco as obras de Oliveira Vianna (1920), *Populações Meridionais do Brasil*, e Paulo Prado (1928), *Retrato do Brasil*.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Guerra e paz: Casa-grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. 2. Ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

BASTOS, Elide Rugai. **As criaturas de prometeu**. São Paulo: Global, 2006.

BRANDÃO, Gildo Marçal. “O programa de pesquisa conservador”. In: **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.

BUARQUE DE HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. [1936]. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

BURKE, E. *Reflexões sobre a Revolução em França*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. [1902]. Ed: Leopoldo M. Bernucci. São Paulo: Ateliê Editorial y otros, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era** [1965]. V. 2. São Paulo: Ática, 1978.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes:** o legado da raça branca. [1967]. V. 2 São Paulo: Ática, 1978.

FAORO, R. **Os donos do poder.** São Paulo: Globo, 2001.

FERREIRA, Gabriela Nunes & BOTELHO, A. (org.). **Revisão do pensamento conservador:** ideias e política no Brasil. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

FONSECA, Edson Nery da. (org.). **Casa Grande & Senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944.** Recife: Cia. Editora de Pernambuco, 1985.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. [1933]. São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, G., & FONSECA, E. N. **Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

GAHYVA, Helga da Cunha. **Tempos da Casa Grande:** as primeiras críticas à obra inaugural de Gilberto Freyre. Viçosa: Revista de C. Humanas, v. 10, n. 2, p. 245-255, jul./dez. 2010.

GUIMARÃES, Alberto Passos. (1934). "Sentido poético de um livro bem documentado". In: FONSECA, Edson Nery da. (org.). (1985). **Casa Grande & Senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944.** Recife: Cia. Editora de Pernambuco, 1985.

HIRSCHMAN, A. **O pensamento conservador:** perversidade, futilidade e risco. Viseu: DIFEL, 1997.

IANNI, Octávio. (1988). **Escravidão e racismo.** [1977]. São Paulo, HUCITEC.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEITE, Armando Más. "Gilberto Freyre e a pedagogia dos jesuítas". In: FONSECA, Edson Nery da. (org.). (1985). **Casa Grande & Senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944.** Recife: Cia. Editora de Pernambuco, 1985.

LYNCH. Christian Edward Cyril. "Quando o regresso é progresso: formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851)". In: FERREIRA, Gabriela Nunes & BOTELHO, A. (org.). **Revisão do pensamento conservador:** ideias e política no Brasil. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

LINS, Álvaro. [1943]. "Livro de ciência e de literatura". In: FONSECA, Edson Nery da. (org.). **Casa Grande & Senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944.** Recife: Cia. Editora de Pernambuco, 1985.

MANNHEIM, K. "O significado do conservantismo". In: FORACCHI, M. (org.). **Karl Mannheim:** Sociologia. São Paulo: Ática, 1982.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia.** V.2. São Paulo: EPU, 1974.

MELLO E SOUZA, Antônio Cândido. "O significado de 'Raízes do Brasil'" [1967]. In: BUARQUE DE HOLANDA, S. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

MOTA, Carlos Guilherme de. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974).** São Paulo: Ática, 1977.

NICOLAZZI, F. **A viagem, a memória, o ensaio:** sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NISBET, R. **O Conservadorismo.** Lisboa: Estampa, 1987.

ORTEGA Y GASSET, J. **A rebelião das massas.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **História como Sistema / Mirabeau ou o político**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia. **Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos**. São Paulo, Ed. UNESP, 2005.

Prado, P., & Calil, C. A. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

REALE, Miguel. "Um sociólogo naturalista". *In*: FONSECA, Edson Nery da. (org.). **Casa Grande & Senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944**. Recife: Cia. Editora de Pernambuco, 1985.

RICUPERO, B. "O conservadorismo difícil". *In*: FERREIRA, Gabriela Nunes & BOTELHO, A. (org.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

RODRIGUES, Francisco José. **Casa-grande & Senzala: ensaio e estilo**. Ciência & Trópico, p. 233-247.

VIANNA, O. **Populações Meridionais do Brasil**. [1920]. 5ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

VIANNA, Francisco J. Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1923.

Recebido em 19/04/2015

Aprovado em 18/02/2016